



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DG

RELATORIA: DIRETORIA-GERAL - DG

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 128/2021

OBJETO: Avaliação de compatibilidade locacional visando a fornecer subsídios ao Ministério da Infraestrutura acerca da emissão de autorizações ferroviárias

ORIGEM: Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER

PROCESSOS: 50500.110594/2021-36

PROPOSIÇÃO PF-ANTT: TERMO DE REUNIÃO N. 00013/2021/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - DIRETORIA COLEGIADA

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de proposta de declaração de compatibilidade locacional com demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas, visando a construção e exploração de estrada de ferro entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, bem como na Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, do Ministério da Infraestrutura.

2. DOS FATOS

2.1. A Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, dispôs sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, bem como instituiu o Programa de Autorizações Ferroviárias, estabelecendo que, previamente à deliberação sobre a outorga da autorização, o Ministério da Infraestrutura deve ouvir a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, cabendo a esta Autarquia a apreciação da compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas, conforme dispositivos transcritos a seguir:

"(...)

CAPÍTULO II

DAS FERROVIAS EXPLORADAS POR AUTORIZAÇÃO

Seção I

Da competência para autorização

Art. 6º A exploração indireta do serviço de transporte ferroviário federal, mediante outorga por autorização, será formalizada em contrato de adesão, com prazo determinado, por pessoa jurídica requerente ou selecionada mediante chamamento público e pela União, por meio do Ministério da Infraestrutura.

§ 1º O prazo do contrato de autorização de que trata o caput deve ter duração máxima de noventa e nove anos, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos, desde que a autorizatória, para cada pedido de prorrogação:

I - manifeste prévio e expresso interesse; e

II - esteja com a infraestrutura ferroviária em operação.

§ 2º O prazo da autorização de que trata o caput será proposto pela requerente ou fixado no ato de chamamento público, observado o limite de que trata o § 1º.

§ 3º O início da operação ferroviária do objeto de autorização deverá ocorrer no prazo previsto em cronograma, prorrogável a critério do Ministério da Infraestrutura, mediante solicitação da autorizatória.

Seção II

Do requerimento de autorização

Art. 7º O interessado em obter a autorização para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário, em novas ferrovias ou em novos pátios ferroviários, pode requerê-la diretamente ao Ministério da Infraestrutura, a qualquer tempo.

§ 1º O requerimento deve ser instruído com, no mínimo:

I - minuta do contrato de adesão preenchido com os dados técnicos propostos pelo requerente;

II - estudo técnico da ferrovia, com, no mínimo:

a) a indicação do traçado total da infraestrutura ferroviária pretendida;

b) a configuração logística e os aspectos urbanísticos e ambientais relevantes;

c) as características básicas da ferrovia com as especificações técnicas da operação compatíveis com o restante da malha ferroviária; e

d) o cronograma estimado para implantação ou recapacitação da infraestrutura ferroviária; e

III - certidões de regularidade fiscal do requerente.

§ 2º Conhecido o requerimento de autorização de que trata o caput, o Ministério da Infraestrutura deverá:

I - analisar a convergência do objeto do requerimento com a política nacional de transporte ferroviário;

II - publicar o extrato do requerimento, inclusive em seu sítio eletrônico;

III - deliberar sobre a outorga da autorização, ouvida a ANTT; e

IV - publicar o resultado da deliberação e, em caso de deferimento, o extrato do contrato.

§ 3º A ANTT deverá avaliar a compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas, de modo a subsidiar o Ministério da Infraestrutura para a deliberação sobre o requerimento de autorização.

§ 4º Verificada a incompatibilidade locacional, o requerente deverá apresentar solução técnica adequada para o conflito identificado.

§ 5º Nenhuma autorização será negada pelo Ministério da Infraestrutura, exceto nas hipóteses de:

I - inobservância ao disposto nesta Medida Provisória e em seu regulamento;

II - incompatibilidade com a política nacional de transporte ferroviário; ou

III - motivo técnico-operacional relevante devidamente justificado.

Art. 8º A necessidade de inclusão de acesso ferroviário na faixa de domínio de outra ferrovia, inclusive para acessar portos, ferrovias ou outras infraestruturas essenciais, ou para transpor barreiras topográficas ou áreas urbanas não inviabilizará a outorga por autorização.

(...)"

2.2. Baseado na supracitada Medida Provisória, o Ministério da Infraestrutura editou a Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, e estabelece um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por igual período, para a ANTT apresentar manifestação em relação à compatibilidade locacional das infraestruturas ferroviárias requeridas, nos seguintes termos:

"(...)

Art. 2º Para os fins desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

I - compatibilidade locacional: possibilidade técnica de implantação geométrica da infraestrutura ferroviária requerida por meio de autorização considerando as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas que interceptem o traçado diretriz da ferrovia requerida;

(...)

Art. 6º Recebido formalmente todos os documentos elencados no art. 5º, o Ministério da Infraestrutura deverá:

I - publicar em seu sítio eletrônico, em até 10 (dez) dias úteis, o aviso do requerimento;

II - analisar a convergência do objeto do requerimento com a política pública do setor ferroviário; e

III - deliberar sobre a outorga da autorização, ouvida a ANTT.

§ 1º Após a publicação do aviso do requerimento pelo Ministério da Infraestrutura, o requerente poderá em até 8 (oito) dias úteis, solicitar correções ou ajustes na minuta de contrato de adesão ou no estudo técnico apresentado.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º pode ser prorrogado, desde que o requerente solicite expressamente, com a fundamentação que motivou o pedido.

§ 3º A análise do Ministério da Infraestrutura sobre o pedido da prorrogação de que trata o § 2º deve ocorrer em até 10 (dez) dias.

Art. 7º Conhecido o requerimento de autorização, o Ministério da Infraestrutura solicitará da ANTT a avaliação, em até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período, da compatibilidade locacional da ferrovia requerida, para subsidiar a deliberação sobre o requerimento de autorização conforme inciso III do art. 6º.

§ 1º A avaliação de que trata o caput verificará a existência de conflito entre o traçado da ferrovia requerida e as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas.

§ 2º O Ministério da Infraestrutura poderá solicitar apoio de suas entidades vinculadas para a execução de análises técnicas necessárias à deliberação sobre a outorga de autorização.

(...)"

2.3. Nesse sentido, considerando o disposto nos normativos mencionados acima, no que tange à competência para análise de compatibilidade locacional, o Ministério da Infraestrutura encaminhou à ANTT os presentes autos, contemplando solicitação apresentada pela Macro Desenvolvimento Ltda., para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro no trecho entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos, com extensão aproximada de 716 (setecentos e dezesseis) quilômetros.

2.4. O processo foi analisado pela Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER, que apresentou manifestação final por meio do RELATÓRIO À DIRETORIA SEI N° 670, de 09 de dezembro de 2021 (SEI n°9103518), concluindo pela compatibilidade locacional da proposta de implantação da infraestrutura ferroviária descrita acima.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Por meio do OFÍCIO N° 1244/2021/SE, de 19 de novembro de 2021 (SEI n8895053), o Ministério da Infraestrutura encaminhou à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o requerimento apresentado pela Macro Desenvolvimento Ltda., para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro no trecho entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos, com extensão aproximada de 716 (setecentos e dezesseis) quilômetros.

3.2. Tal requerimento (SEI n°8895096) foi analisado pela Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER na NOTA TÉCNICA SEI N° 7021/2021/COAPI/GEPEF/SUFER/DIR, de 09 de dezembro de 2021 (SEI n° 9102572), da qual se extrai o que segue:

"(...)

2. HISTÓRICO

(...)

2.3. O Processo nº 50000.031288/2021-75 (8895096) apresenta as tratativas referentes ao aludido requerimento no Ministério, conforme descrito a seguir.

2.3.1. Por meio do Anexo Projeto Conceitual, Técnico e Estratégico de Modal Ferroviário "Ferrovia Macro Central", de 29 de outubro de 2021, a empresa Macro Desenvolvimento Ltda. submeteu ao MInfra, requerimento para obtenção de autorização ferroviária para construção e exploração de estrada de ferro, localizada entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, com extensão aproximada de 716 (setecentos e dezesseis) quilômetros, por um prazo de 99 (noventa e nove) anos. Anexos ao referido estudo, foram enviados os seguintes elementos: minuta do contrato de adesão e certidões de regularidade fiscal.

2.3.2. Posteriormente, em 08 de novembro de 2021, por mensagem eletrônica, a requerente complementou as informações anteriormente prestadas com o envio da Certidão negativa de falência e recuperação atualizada.

2.3.3. Por intermédio da Nota Informativa nº 16/2021/AUT-FER/DTFER/SNTT, de 04 de novembro de 2021, o Departamento de Transporte Ferroviário (DTFER), da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT) do MInfra, declarou estar a documentação apresentada pelo requerente "apta para a publicação do extrato de requerimento e submissão à análise de compatibilidade locacional" e entendeu que "o processo pode ser encaminhado para a ANTT".

2.3.4. Referindo-se à mencionada Nota Informativa, por meio do Ofício nº 3461/2021/SNTT, de 09 de novembro de 2021, a SNTT/MInfra indicou que o processo poderia ser encaminhado à ANTT, para análise da compatibilidade locacional.

2.3.5. Em 19 de novembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Autorização, onde o MInfra "conheceu o requerimento da empresa MACRO DESENVOLVIMENTO LTDA., CNPJ nº 39.685.587/0001-55, de autorização para construção e exploração de Estrada de Ferro localizada entre os municípios de Sete Lagoas/MG a Anápolis/GO, pelo prazo de 99 anos".

(...)

4. ANÁLISE

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 7º da Medida Provisória nº 1.065/2021, que determina que a ANTT deverá avaliar a compatibilidade locacional da ferrovia requerida e, conforme encaminhamento do Ministério da Infraestrutura por intermédio do Ofício nº 1244/2021/SE (8895053), apresenta-se a seguir a análise de compatibilidade locacional do trecho, nos termos do disposto na citada Medida Provisória e na Portaria nº 131/2021, conforme apresentado nos itens 3.3 e 3.5 desta Nota Técnica.

4.2. De acordo com o projeto proposto pela Macro Desenvolvimento Ltda., a ferrovia pretendida, denominada Ferrovia Macro Central, terá aproximadamente 716 (setecentos e dezesseis) quilômetros de extensão e interligará o município de Sete Lagoas no estado de Minas

e Estratégico de Modal Ferroviário "Ferrovia Macro Central", a interessada informa que o projeto "nasce com a proposta de ser um modelo de empreendimento ferroviário elegível à classificação de Environmental, Social and Governance (ESG)" e que "almeja se tornar uma referência de infraestrutura sustentável no Brasil, além de ser um corredor logístico gerador de créditos por Internal Carbon Pricing (ICP) em seus diferentes elos produtivos".

4.3. Em consonância com o informado pela empresa Macro, a ferrovia requerida destina-se ao escoamento de graneis sólidos vegetais, especialmente soja, milho e açúcar. Destinando a produção a uma alternativa de exportação por meio do Terminal de Grãos do Porto Central, localizado em Presidente Kennedy/ES. A requerente alega que o "Terminal de Carga Geral (TCG) está previsto para operar com rochas ornamentais, fertilizantes, malte, coque de petróleo e cargas gerais. Com a previsão da conexão ferroviária e rodoviária no Porto Central, o TCG funcionará como corredor logístico para cargas principalmente do Sudeste e Centro Oeste brasileiro". Argumenta ainda, que como o modal ferroviário previsto "pretende se interligar com a Norte Sul (Rumo S.A.) poderá se tornar importante corredor de escoamento para exportações de minerais das regiões centro-oeste e norte".

(...)

4.5. Nesse sentido, com vistas a verificar a situação geométrica do traçado da infraestrutura ferroviária requerida e a existência de outras infraestruturas implantadas ou outorgadas no eixo da ferrovia pretendida, consultou-se o arquivo "Trecho Sete Lagoas x Anápolis.kmz" enviado no âmbito do processo protocolado no MInfra sob o número 50000.031288/2021-75 e, na sequência, o Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário (SAFF), instituído pela [Resolução ANTT nº 2.502/2007](#), para identificação de ferrovias implantadas.

(...)

4.7. Da consulta realizada no SAFF identificou-se que, na área de abrangência do trecho requerido, há atualmente duas ferrovias implantadas: a Rumo Malha Central S.A. (RMC) e Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA), conforme Figura 3 e breve descrição a seguir.

4.7.1. A Ferrovia Norte-Sul (FNS) foi projetada para se tornar a espinha dorsal do transporte ferroviário no Brasil, integrando de maneira estratégica o território nacional e contribuindo para a redução do custo logístico do transporte de carga no país. A Subconcessionária Rumo Malha Central S.A. arrematou, no leilão realizado em 28 de março de 2019, os tramos central e sul. Antes de a Rumo vencer o leilão, só estava em operação o tramo norte, entre Açailândia/MA e Porto Nacional/TO. Com duração de 30 anos, o contrato da Rumo compreende 1.537 (um mil quinhentos e trinta e sete) quilômetros da Malha Central, entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP. Em 04 de março de 2021, a Rumo Malha Central inaugurou o trecho entre São Simão/GO e Estrela D'Oeste/SP, que possui 172 (cento e setenta e dois) quilômetros de extensão e abrange três estados. O Contrato de Subconcessão foi assinado em 31 de julho de 2019.

4.7.2. A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) atua nos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, e possui uma malha com 7.215 km. A FCA obteve a concessão da Malha Centro-Leste, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., no leilão realizado em 14 de junho de 1996. O contrato de concessão desta ferrovia se encerra em 31 de agosto de 2026. A prorrogação antecipada do contrato de concessão da FCA foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos e atualmente encontra-se em fase de estudo. A ANTT está consolidando as contribuições recebidas para publicação do Relatório Final, com o objetivo de colher sugestões ao aprimoramento dos estudos efetivados para a prorrogação do contrato da Concessionária.

(...)

4.8. A Figura 4, a seguir, foi elaborada a partir do arquivo com extensão "kmz" enviado pela interessada, e apresenta, de forma aproximada, os traçados das infraestruturas ferroviárias existentes e da ferrovia objeto do pleito em tela. De acordo com o traçado proposto pela empresa Macro Desenvolvimento, a extremidade da ferrovia no município de Anápolis parece se interligar à malha já implantada da RMC. Além disso, o traçado apresenta trecho em paralelismo e

trechos em cruzamento, um deles no município de Luziânia/GO e outro no final do trecho, em Sete Lagoas/GO, com a FCA. (...)

4.9. Em relação aos cruzamentos identificados no projeto requerido, o artigo 8º da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, estabelece que:

Art. 8º A necessidade de inclusão de acesso ferroviário na faixa de domínio de outra ferrovia, inclusive para acessar portos, ferrovias ou outras infraestruturas essenciais, ou para transpor barreiras topográficas ou áreas urbanas não inviabilizará a outorga por autorização.

4.10. Há de se ressaltar que os traçados referentes às ferrovias existentes baseiam-se em informações georreferenciadas obtidas do SAFF na data da elaboração desta Nota Técnica.

4.11. Ademais, a apreciação desta área técnica se restringiu à dimensão de compatibilidade locacional. Portanto, não foi objeto desta análise os demais aspectos relacionados na MP 1.065/2021, bem como da Portaria nº 131/2021, do Ministério da Infraestrutura, para fins de autorização da exploração da ferrovia requerida, por entender que esses normativos não atribuem a esta Agência tais avaliações.

4.12. Diante do exposto, essa área técnica entende, tomando como base referencial exclusivamente a localização geométrica e geográfica do traçado da ferrovia requerida (trecho entre Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO) e das ferrovias implantadas na região (RMC e FCA), não haver conflito entre o traçado da ferrovia objeto do pleito em tela e as demais infraestruturas implantadas ou outorgadas e, desse modo, conclui por existir compatibilidade locacional do empreendimento.

4.13. Por fim, **avalia-se como dispensável para o caso em tela, salvo melhor juízo, a análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF/ANTT** tendo em vista se tratar de matéria eminentemente técnica, relativa à manifestação da Agência quanto à compatibilidade locacional da ferrovia requerida com as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas. Tal entendimento está consubstanciado no termo de reunião de assessoramento jurídico constante do processo administrativo 50500.098414/2021-31.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Em consonância com o exposto nesta Nota Técnica, após apreciação dos documentos supracitados, constante no Processo Administrativo nº 50500.110594/2021-36, essa área técnica manifesta o entendimento pela conformidade da compatibilidade locacional do trecho entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, conforme requerido pela empresa Macro Desenvolvimento Ltda.

(...)"

3.3. De acordo com a conclusão da área técnica, observa-se a conformidade da compatibilidade locacional do trecho entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, conforme requerido pela Macro Desenvolvimento Ltda., tendo sido ainda destacada a dispensa de análise jurídica pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF-ANTT, posto se tratar de matéria eminentemente técnica, entendimento corroborado pelo TERMO DE REUNIÃO N. 00013/2021/PF-ANTT/PGF/AGU, de 29 de setembro de 2020 (SEI nº 9103259).

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Diante do exposto, VOTO por declarar, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, bem como do artigo 7º, § 1º, da Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, do Ministério da Infraestrutura, a compatibilidade locacional com as demais infraestruturas ferroviárias implantadas ou outorgadas, do requerimento de construção e exploração de estrada de ferro entre os municípios de Sete Lagoas/MG e Anápolis/GO, objeto do requerimento da empresa Macro Desenvolvimento Ltda., consoante minuta de Deliberação ora apresentada (SEI nº 9144398).

RAFAEL VITALE
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VITALE RODRIGUES, Diretor Geral**, em 16/12/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9144080** e o código CRC **259AF864**.